

POTENCIALIZANDO O ENSINO DE GEOGRAFIA: CONTRIBUIÇÕES DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS NA FORMA DE ESTUDO DE CASO COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA ATIVA

Hellen Victoria Leal Santos ¹

Anízia Conceição Cabral de Assunção Oliveira ²

RESUMO

No ensino de Geografia, observa-se um movimento em direção à ruptura de metodologias baseadas na mera reprodução de conteúdos, desconectadas da realidade dos estudantes, rumo à implementação de práticas que provoquem a criticidade, o protagonismo discente, a interação/participação dos estudantes nas aulas e consequentemente a valorização do potencial dos conteúdos geográficos para a formação cidadã. Diante da necessidade de alinhar o ensino da Geografia às transformações sociais, educacionais e epistemológicas contemporâneas, torna-se imperativo repensar o papel da Geografia Escolar e suas metodologias. Diante disso, este trabalho objetiva investigar as contribuições das metodologias ativas, com foco na Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), para a mediação de conteúdos na Educação Básica, tendo o estudo de caso como estratégia pedagógica central. A pesquisa foi fundamentada em levantamento bibliográfico voltado à reflexão sobre abordagens metodológicas no ensino de Geografia, envolvendo autores como Milton Santos (2001), Lana Cavalcanti (1998, 2012), Paulo Freire (1996), Alexandre Menezes (2023), Mara Rodrigues (2023) e Cleiton Farias (2017). Com base nesse referencial, foi elaborado um estudo de caso sobre “Urbanização e Problemas Socioambientais”, a partir de situações-problema inspiradas nos recorrentes alagamentos e deslizamentos em comunidades periféricas de Salvador (BA). A proposta busca despertar o interesse dos estudantes por questões que atravessam seus territórios e vivências. A estrutura metodológica proposta potencializa o engajamento discente por meio da investigação, da problematização e do trabalho em grupo, propondo uma práxis transformadora. Como resultado de uma pesquisa de iniciação científica, a proposta de estudo de caso foi testada em aplicação, afirmando a ABP como metodologia ativa potente para romper com práticas conteudistas e desconectadas da realidade. Ao valorizar o saber prévio, articular teoria e cotidiano e incentivar a construção coletiva do conhecimento, aposta-se na formação de sujeitos críticos, capazes de ler o espaço vivido e intervir nele com consciência, identidade e autonomia.

Palavras-chave: Metodologias Ativas, Didática da Geografia, Aprendizagem significativa.

INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia na Educação Básica desempenha um papel central na formação crítica dos estudantes, contribuindo para a construção de sujeitos capazes de compreender as dinâmicas do espaço geográfico e atuar de forma consciente em seu território (Callai, 2001; Cavalcanti, 2012). No entanto, a prática docente em Geografia ainda enfrenta desafios

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - BA, hellensantos12@gmail.com;

² Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - SE, aniziacaoliveira@gmail.com.





significativos, especialmente no que se refere à mediação dos conteúdos escolares de forma significativa, contextualizada e alinhada com as vivências dos alunos (Kaercher, 2004). As dificuldades na articulação entre os conhecimentos da Geografia acadêmica e os objetivos da Geografia escolar têm exigido dos professores reflexões mais aprofundadas sobre suas escolhas didático-metodológicas e os caminhos possíveis para um ensino mais problematizador e emancipador (Cavalcanti, 1998).

Essa necessidade de renovação metodológica tem impulsionado o debate em torno das metodologias ativas de ensino, entendidas como estratégias pedagógicas que colocam o estudante no centro do processo de aprendizagem. Ao promoverem a autonomia, a investigação e o protagonismo discente, essas metodologias contribuem para a superação do modelo tradicional, centrado na transmissão de conteúdos (Moran, 2019). Entre essas abordagens, a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) tem se destacado por sua capacidade de integrar teoria e prática por meio de situações-problema que instigam os estudantes a mobilizarem seus saberes, desenvolverem o raciocínio espacial e construir aprendizagens significativas em diálogo com a realidade.

De acordo com Moran (2015, p. 18), “as metodologias ativas são pontos de partida para avançar para processos mais avançados de reflexão, de integração cognitiva, de generalização, de reelaboração de novas práticas”. O autor ressalta, ainda, que o conceito de metodologias ativas não é recente, sendo discutido por teóricos como John Dewey, Paulo Freire e Carl Rogers. Esses autores destacaram a importância de um modelo educacional que colocasse o estudante no centro do processo de aprendizagem, promovendo sua autonomia e protagonismo no desenvolvimento do conhecimento.

Apesar das múltiplas possibilidades oferecidas pelas metodologias ativas, é essencial reconhecer que seu êxito não ocorre de forma isolada. O planejamento docente, o envolvimento dos estudantes com as tecnologias e o suporte institucional são fatores indispensáveis para o sucesso dessa abordagem. Como destaca Moran (2019), planejar metodologias ativas de maneira isolada é insuficiente; é necessário adotar uma abordagem colaborativa, na qual professores e estudantes aprendam em conjunto. Rocha (2021) reforça essa ideia ao afirmar que a escola continua sendo um espaço essencial para a formação humana e para a produção do conhecimento, mas deve se comprometer com as oportunidades que as metodologias ativas oferecem para o desenvolvimento integral dos educandos.





Ademais, de acordo com Menezes (2023), ao priorizar a abordagem da ABP, busca-se estabelecer uma formação na qual o discente reconheça sua importância como parte integrante do processo de aprendizagem, evidenciando tanto sua dimensão individual quanto coletiva. Isso implica na necessidade de contextualizar e atribuir novos significados aos conhecimentos científicos, bem como estimular a utilização de habilidades cognitivas para análise crítica, tomada de decisões, resolução de problemas e o desenvolvimento da autonomia intelectual. Dessa forma, os estudantes são incentivados a transformar a informação recebida em conhecimento, promovendo uma aprendizagem mais significativa e reflexiva.

Neste contexto, o presente estudo busca analisar as potencialidades da ABP enquanto metodologia ativa aplicada ao ensino de Geografia, tomando como eixo central a elaboração e a utilização do Estudo de Caso como abordagem didático-pedagógica. A proposta emerge da constatação de lacunas persistentes entre os conteúdos escolares tradicionalmente desenvolvidos e as experiências cotidianas dos estudantes, bem como da necessidade de consolidar uma prática docente que favoreça a construção de uma Geografia escolar crítica, dinâmica e vinculada à realidade vivida pelos sujeitos. Desenvolvido no âmbito de um projeto PIBIC financiado com bolsa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), este trabalho tem por objetivo examinar as contribuições das metodologias ativas, com ênfase na ABP, para a mediação de conteúdos geográficos na Educação Básica, considerando o Estudo de Caso como estratégia para o fortalecimento do pensamento reflexivo, da autonomia intelectual e da articulação entre saberes.

A partir da problematização dos desafios socioambientais urbanos de Salvador-BA, especialmente aqueles agravados pelas chuvas intensas em áreas de vulnerabilidade, elaborou-se um Estudo de Caso protagonizado pela comunidade fictícia de "Nova Esperança", construída com base em elementos reais. O caso permitiu tratar temas como urbanização, problemáticas do espaço urbano, planejamento urbano e desigualdade socioespacial, articulando-os a partir da leitura do lugar e do conceito de espaço geográfico enquanto totalidade.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho fundamentou-se em três etapas complementares: (1) levantamento bibliográfico; (2) identificação das possibilidades de mediação didático-pedagógica; e (3) elaboração de estudo de caso.





O levantamento bibliográfico foi essencial para a construção do arcabouço conceitual da pesquisa, permitindo a reflexão sobre os fundamentos da Geografia Escolar, da prática docente e das metodologias ativas, especialmente no que se refere à ABP. Essa etapa possibilitou sistematizar conhecimentos necessários à proposição, orientando a definição de caminhos metodológicos mais adequados à realidade da Educação Básica e ao objetivo de promover aprendizagens significativas.

Na segunda etapa, procedeu-se à identificação das possibilidades de mediação entre os conhecimentos acadêmicos e os objetivos da Geografia Escolar, de modo a analisar a viabilidade do uso da ABP, em sua variante de estudo de caso, como estratégia metodológica capaz de articular conteúdos curriculares com as vivências e realidades sociais dos estudantes.

Por fim, a elaboração do estudo de caso foi orientada por critérios que assegurem clareza na definição do problema, valorização dos conhecimentos prévios dos alunos, estímulo à autonomia intelectual, incentivo à pesquisa e à investigação crítica, além da promoção do trabalho colaborativo. O mesmo foi construído a partir de situações reais do espaço urbano de Salvador, contemplando problemáticas socioambientais recorrentes, de modo a potencializar a problematização em sala de aula e favorecer o desenvolvimento do raciocínio geográfico.

Os elementos estruturantes do estudo de caso foram definidos de modo a garantir sua funcionalidade pedagógica dentro da perspectiva da Aprendizagem Baseada em Problemas. Inicialmente, assegurou-se a apresentação clara e objetiva do problema, de forma que os estudantes pudessem compreendê-lo sem a necessidade de mediações excessivas. Em seguida, o material foi estruturado para favorecer a autonomia intelectual dos alunos, funcionando como dispositivo provocador de questionamentos e debates. Além disso, buscou-se fomentar procedimentos investigativos, estimulando a busca ativa por informações e o aprofundamento nos temas abordados. O estudo de caso também foi concebido como oportunidade para o desenvolvimento do trabalho colaborativo, incentivando atitudes cooperativas na construção de possíveis soluções. Por fim, privilegiaram-se problemáticas provenientes do espaço geográfico vivido pelos estudantes, de modo a fortalecer a identificação com o conteúdo e potencializar a construção de raciocínios geográficos fundamentados na realidade próxima.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do cenário atual marcado pela intensa circulação de informações e avanços tecnológicos, torna-se imprescindível promover uma educação que desenvolva o pensamento crítico. Em uma sociedade em constante transformação, a capacidade de analisar e refletir sobre os conteúdos recebidos é essencial para decisões conscientes e para o exercício da cidadania, contribuindo para a formação de indivíduos aptos a atuar de forma participativa e democrática.

Paulo Freire (1996) já evidenciava a relevância de uma pedagogia problematizadora, na qual o aluno deixa de ocupar uma posição passiva e assume um papel central na sua formação. O objetivo dessa pedagogia é fomentar a busca por soluções a partir de problemas apresentados, promovendo uma análise crítica e reflexiva. Dessa forma, os estudantes se tornam sujeitos ativos e conscientes, capazes de avaliar suas práticas, adquirir novos conhecimentos e transformar a realidade em que estão inseridos.

Santos (2020) argumenta que a relação entre o homem e o meio ambiente oferece subsídios para uma prática pedagógica mais aplicada, já que o contexto ambiental influencia as relações sociais de forma abrangente. Ele enfatiza a importância de abordar o cotidiano da comunidade estudada nas práticas educativas, promovendo uma formação crítica dos alunos tanto na Educação Básica quanto na Superior, visando a construção da cidadania e a aplicação desses valores em diferentes realidades.

Menezes (2023) ressalta que o pensamento crítico deve extrapolar o ambiente escolar, configurando-se como competência essencial para a vida social. Cabe, portanto, às instituições de ensino promover práticas que estimulem o questionamento e o diálogo, formando sujeitos autônomos e comprometidos. Assim, o pensamento crítico assume também uma dimensão ética e política, preparando os indivíduos para agir de forma consciente diante dos desafios contemporâneos.

A utilização de metodologias ativas, como a ABP, proporciona aos alunos a oportunidade de aplicar seus conhecimentos prévios e suas percepções individuais na análise e resolução de situações reais. Esse tipo de abordagem pedagógica torna o processo de ensino-aprendizagem mais significativo e alinhado às demandas contemporâneas, ao mesmo tempo em que reforça valores sociais e humanitários. Dessa forma, os estudantes são preparados para



atuar como cidadãos conscientes, éticos e transformadores em uma sociedade que exige mudanças profundas e humanizadas.

Conforme aponta Menezes (2023), a adoção da ABP favorece uma formação em que o discente se reconhece como sujeito ativo do processo educativo, articulando dimensões individuais e coletivas da aprendizagem. Ao contextualizar os conhecimentos científicos e estimular habilidades como análise crítica, resolução de problemas e tomada de decisões, essa abordagem promove autonomia intelectual e transforma a informação em conhecimento significativo.

Imagem 1: Esquema demonstrando os 7 passos da ABP.



Fonte: Menezes (2023).

Uma das formas de se utilizar da ABP é por meio de estudo de caso, em situações específicas nas quais se deseja alcançar bons resultados. Se formos conceituar,

[...] o estudo de caso é um método que oferece aos estudantes a oportunidade de direcionar sua própria aprendizagem e investigar aspectos científicos e sociocientíficos, presentes em situações reais ou simuladas, de complexidade variável. Esse método consiste na utilização de narrativas sobre dilemas vivenciados por pessoas que necessitam tomar decisões importantes a respeito de determinadas questões. Tais narrativas são chamadas de casos. A familiaridade com o caso e com seus personagens impulsiona os estudantes na busca de escolhas e posterior tomada de decisão, necessária para a sua solução. [...] (SÁ; QUEIROZ, 2010, p. 12).

Farias (2017) destaca que o estudo de caso integra a ABP por trabalhar com situações reais, permitindo aos alunos compreenderem a aplicação prática de conceitos abstratos.



Contudo, por frequentemente pressupor respostas pré-definidas e depender da condução do instrutor, essa metodologia pode limitar a exploração autônoma e a busca por soluções alternativas.

De acordo com Silva e Melo (2023), os estudos de caso representam narrativas pedagógicas que aproximam o conteúdo acadêmico do cotidiano, funcionando como uma variação da ABP. Essa metodologia busca uma compreensão aprofundada de uma situação específica, abrangendo e interpretando criativamente sua complexidade. Seu objetivo principal é incentivar os alunos a utilizar princípios e exemplos do mundo real para entender processos e contextos, indo além da simples abordagem teórica e promovendo uma aprendizagem mais significativa e conectada com a realidade. Considerando esses aspectos, produzimos o estudo de caso que contém o problema a ser resolvido e dialogado em aulas de Geografia (Quadro 01).

Quadro 01: Estudo de caso voltado ao conteúdo Urbanização e Problemas Socioambientais na Cidade.

Salvador, capital da Bahia, é uma cidade de belezas naturais incontestáveis, mas também de desafios urbanos complexos. Com uma topografia acidentada, marcada por morros, encostas e vales, a cidade enfrenta anualmente problemáticas relacionadas à ocorrência de fortes chuvas que, entre os meses de março e julho, provocam alagamentos, deslizamentos de terra e destruição em diversas áreas. Os bairros mais afetados, quase sempre, são aqueles localizados em áreas periféricas, onde grande parte da população vive em assentamentos informais, construídos sem planejamento e infraestrutura adequada.

No início do mês de abril, uma forte tempestade atingiu Salvador durante três dias consecutivos. O acumulado de chuvas ultrapassou 200 mm, volume suficiente para alagar ruas, provocar o transbordamento de córregos e gerar deslizamentos em encostas habitadas. Entre os bairros mais impactados, estava a comunidade de Nova Esperança, situada em uma área de morro, onde centenas de famílias residem há décadas. As ruas, já estreitas e de difícil acesso, foram tomadas por lama e esgoto misturados à água da chuva. Casas construídas com materiais precários ruíram com a força das enxurradas, deixando dezenas de pessoas desabrigadas.

Entre os atingidos, estava a família de dona Marinalva, uma senhora de 58 anos que vive há mais de 20 anos em Nova Esperança. Sua casa, construída com esforço ao longo dos anos, foi severamente danificada pelo deslizamento de terra que atingiu a parte de trás da estrutura. Durante a madrugada, o barulho da terra se movendo a despertou a tempo de sair da residência com seus três netos. No dia seguinte, quando voltou para verificar os estragos, encontrou o que restava de sua casa destruído e interditado pela Defesa Civil. Sem ter para onde ir, procurou abrigo em uma escola pública que havia sido transformada em centro de acolhimento emergencial.

Enquanto as autoridades anunciavam medidas emergenciais e a destinação de auxílios temporários, a população questionava a recorrência do problema. Todos os anos, com a chegada das chuvas, histórias como a de dona Marinalva se repetem. Moradores de diversas comunidades afetadas protestaram exigindo respostas: Por que nada mudou? Por que sempre as áreas periféricas sofrem os maiores danos? De quem era a responsabilidade por essa situação?

Além dos problemas estruturais e da vulnerabilidade social, havia outra questão: o crescimento urbano desordenado. Com o alto custo dos terrenos nas áreas mais consolidadas da cidade, muitas famílias



de baixa renda acabavam ocupando terrenos em encostas, manguezais e proximidades de córregos, locais de alto risco ambiental. Nos últimos anos, o avanço da impermeabilização do solo urbano – com a substituição de áreas verdes por asfalto e concreto – também contribuiu para a intensificação dos alagamentos. Sem áreas de absorção, a água da chuva escorria rapidamente pelas ruas, sobrecarregando o sistema de drenagem já deficiente.

Enquanto a prefeitura alegava dificuldades orçamentárias para implementar projetos de urbanização e realocação de moradores de áreas de risco, especialistas apontavam a falta de planejamento de longo prazo como um dos principais entraves para a solução do problema. Por outro lado, havia também resistência de parte da população em aceitar programas de reassentamento, devido aos laços comunitários e à dificuldade de adaptação em novas localidades, muitas vezes distantes dos seus locais de trabalho e das redes de apoio construídas ao longo dos anos.

A tragédia em Nova Esperança não era um caso isolado, mas sim um reflexo de um problema estrutural que afeta diversas cidades brasileiras. O que aconteceu ali era um exemplo claro de como fatores ambientais, sociais e políticos se entrelaçam, tornando os desastres naturais ainda mais devastadores para determinados grupos da sociedade.

Diante desse cenário, surgem questões que exigem reflexão: Quem são os responsáveis por minimizar os impactos das enchentes em Salvador? O que pode ser feito para evitar que tragédias como essa se repitam? De que forma o crescimento urbano poderia ser melhor planejado para garantir segurança e qualidade de vida para todos? E, diante da resistência de parte da população ao reassentamento, quais seriam as melhores soluções para garantir moradia segura sem romper os laços comunitários?

Elaborado pelas autoras, 2025.

O Estudo de caso apresenta uma situação relevante não só para a cidade de Salvador-BA citada, mas para diversas outras regiões que enfrentam problemas similares decorrentes de chuvas intensas e da urbanização sem planejamento. Afinal, os impactos dos desastres naturais, especialmente os alagamentos e deslizamentos de terra, são agravados por fatores socioespaciais e podem atingir qualquer cidade que não possua um planejamento urbano adequado. Além disso, é válido ressaltar que o caso pode ser generalizado, servindo como base para discussões sobre a ocupação do solo, a infraestrutura urbana e a vulnerabilidade socioambiental em diferentes contextos territoriais.

No quadro a seguir (Quadro 02), apresenta os preceitos adotados para a elaboração do Estudo de Caso voltado ao conteúdo de Urbanização e Problemas Socioambientais. Os elementos estruturantes foram organizados para promover uma abordagem problematizadora, sendo definidos visando contemplar o instrumento como meio para estimular a autonomia do estudante e provocar debate sobre o problema ou caso explorado; para estimular procedimentos de investigação, motivando os estudantes à pesquisa sobre os temas relacionados ao estudo; como oportunidade para o trabalho em grupo, estimulando o desenvolvimento de atitudes colaborativas na busca por soluções ao(s) problema(s)



apresentado(s); como meio para contemplar problemáticas do espaço geográfico advindas da realidade próxima. Ao articular sociedade e natureza em situações reais, a metodologia reforça o potencial da Geografia como instrumento para compreender e intervir de forma consciente no espaço geográfico.

Quadro 02: Elementos estruturantes para a elaboração do Estudo de Caso.

ELEMENTOS ESTRUTURANTES	SOBRE O ESTUDO DE CASO	CONTRIBUIÇÕES
Apresentar-se de forma clara o problema	A problemática central do estudo de caso é a recorrência de enchentes e deslizamentos de terra em Salvador, especialmente nas áreas periféricas, onde a ocupação irregular do solo, a ausência de infraestrutura urbana adequada e a impermeabilização excessiva do solo agravam os impactos das chuvas. O crescimento urbano desordenado e a falta de planejamento territorial contribuem para a intensificação dessas vulnerabilidades, colocando em risco a vida de milhares de moradores.	Permitirá identificar as percepções que os estudantes possuem em relação à situação-problema apresentada, valorizando o conhecimento prévio e a experiência que dispõem sobre a situação/problemática;
Apresentar-se como meio para estimular a autonomia do estudante e provocar debate sobre o problema ou caso explorado	O estudo de caso pode estimular debates sobre a responsabilidade do poder público e da sociedade na ocupação de áreas de risco, os desafios da implementação de políticas habitacionais, a desigualdade socioespacial e os impactos ambientais da urbanização descontrolada. Além disso, possibilita reflexões sobre soluções sustentáveis, como infraestrutura verde e modelos de urbanização mais resilientes às mudanças climáticas.	Possibilitará que os estudantes compartilhem visão crítica sobre a situação em análise
Apresentar-se como caminho para estimular procedimentos de investigação, motivando os estudantes à pesquisa sobre os temas relacionados ao estudo	Os alunos podem realizar pesquisas em fontes como documentos oficiais da Defesa Civil, artigos acadêmicos sobre urbanização e desastres naturais e reportagens sobre enchentes em Salvador. A investigação pode abranger temas como planejamento urbano, políticas de habitação, mudanças climáticas e	A pesquisa proporciona autonomia no aprendizado e aprofunda a compreensão dos fenômenos geográficos, permitindo que os alunos relacionem dados científicos e governamentais com a realidade estudada.





X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

	gestão de risco ambiental.	
Apresentar-se como oportunidade para o trabalho em grupo, estimulando o desenvolvimento de atitudes colaborativas na busca por soluções ao(s) problema(s) apresentado(s).	Os alunos podem ser divididos em grupos e assumir diferentes papéis, como representantes da prefeitura, ambientalistas, urbanistas e moradores afetados, elaborando propostas de planejamento urbano para minimizar os impactos das chuvas. Cada grupo pode apresentar soluções considerando aspectos ambientais, sociais e econômicos.	O trabalho em grupo estimula a cooperação, a construção coletiva do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades argumentativas e analíticas.
Permite contemplar problemáticas do espaço geográfico advindas da realidade próxima	O estudo de caso aborda questões como a segregação socioespacial, os impactos da urbanização desordenada, a ausência de políticas públicas eficazes, o aumento da vulnerabilidade ambiental e as consequências das mudanças climáticas nos centros urbanos.	Mobiliza conceitos sistematizadores do pensamento espacial ricos em possibilidades de problematização em sala de aula e que contribuam com maior facilidade para o desenvolvimento de raciocínios geográficos pelos estudantes.

Elaborado pelas autoras, 2025.

A sistematização dos elementos estruturantes apresentados evidencia que o estudo de caso adotado neste trabalho extrapola a função meramente ilustrativa e se configura como um potente mediador didático-pedagógico no ensino de Geografia. Ao articular problemáticas reais, demandas investigativas, debate coletivo e tomada de decisão, a proposta demonstra capacidade de integrar conhecimento científico e experiência cotidiana, promovendo aprendizagens significativas e socialmente situadas. Desse modo, reafirma-se o potencial da ABP, na modalidade de estudo de caso, como estratégia que não apenas mobiliza conceitos geográficos, mas também fomenta autonomia intelectual, engajamento crítico e colaboração entre os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho reafirma a centralidade do ensino de Geografia na formação crítica dos estudantes, sobretudo quando fundamentado em metodologias que promovem a participação ativa e a reflexão sobre a realidade vivida. Observou-se que práticas pedagógicas de caráter tradicional, baseadas na transmissão expositiva e na memorização de conteúdos, apresentam limitações significativas quanto ao engajamento e à construção do pensamento geográfico, frequentemente resultando em aprendizagens fragmentadas e descontextualizadas.





Nesse contexto, o Estudo de Caso, enquanto estratégia central da ABP, destaca-se como recurso metodológico capaz de articular conteúdo e realidade de forma dinâmica. Ao propor a análise de situações concretas e problematizadoras, essa abordagem mobiliza os estudantes a investigar, argumentar e propor soluções, transformando-os de receptores passivos em sujeitos ativos na construção do conhecimento geográfico.

Conclui-se, portanto, que renovar o ensino de Geografia não implica apenas substituir técnicas tradicionais por metodologias inovadoras, mas promover uma mudança epistemológica na compreensão do ato de ensinar: não se trata de transmitir respostas prontas, mas de criar condições para que os alunos aprendam a formular boas perguntas sobre o mundo que habitam.

REFERÊNCIAS

CALLAI, Helena Copetti. **A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino?** Terra Livre, São Paulo, n. 16, p. 133-152, 1º semestre/2001

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos.** Campinas: Papirus, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Ensino de Geografia e diversidade: construção de conhecimentos geográficos escolares e atribuição de significados pelos diversos sujeitos do processo de ensino. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 32, n. 2, p. 123-138, 2012.

FARIAS, Cleilton Sampaio de. Aprendizagem significativa no ensino de Geografia: os benefícios da aprendizagem baseada em problemas por meio de um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 7, n. 14, p. 224-241, 2017.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à prática educativa* 25. ed. São Paulo: **Paz e Terra**, 1996.

KAERCHER, Nestor André. **A Geografia escolar na prática docente: a utopia e os obstáculos epistemológicos da Geografia Crítica.** Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

MENEZES, Alexandre Mota; CARDOSO, Sigouveny Cruz; DA SILVA, Erivanildo Lopes. A Aprendizagem Baseada Em Problemas E Seu Potencial Mobilizador De Capacidades De Pensamento Crítico. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 17, n. Especial, p. 120-138, 2023.

MORAN, J. Mudando a educação com Metodologias Ativas. **Coleção Mídias Contemporâneas.** Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. 2015. Vol..III. Foca Foto-PROEX/UEPG.





MORAN, J. O papel das metodologias ativas na transformação da escola. In: SARMENTO, Maristela (coord.). O futuro alcançou a escola?: o aluno digital, a BNCC e o uso de metodologias ativas de aprendizagem. São Paulo: **Editora do Brasil**, 2019.p.49-59.

ROCHA, D. R. Os sentidos políticos atribuídos à função social da escola pelos professores iniciantes na carreira. In: Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva. (Org.). Epistemologia da práxis na formação de professores: diferentes prismas. Campinas, São Paulo: **Mercado de Letras**, 2021, v. 1, p. 116-136.

SÁ, Luciana Passos; QUEIROZ, Salete Linhares. **Estudo de casos no ensino de química**. Campinas: Átomo, 2010.

SILVA, Ana Carolina Farias Pereira; MELO, Amanda Santos; LIMA, Indman Ruana. A experiência da aplicação do estudo de caso no olhar dos pibidianos. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED**, v. 4, n. 11, p. 1-13, 2023.

